

**EDUCADORAS ELEITAS
PARA MANDATOS PÚBLICOS
EM CAXIAS DO SUL:
*TRAJETÓRIAS DE RECONHECIMENTO***

MARISA VIRGINIA FORMOLO DALLA VECCHIA

***SÍNTESE DA TESE PARA APRESENTAÇÃO NA
COMISSÃO DE CULTURA DA CÂMARA FEDERAL
SETEMBRO DE 2025***

MULHERES ELEITAS EM CAXIAS DO SUL (1960-2014)



Ester Troian Benvenuti
Vereadora/PTB (1960-1963)



Iró Nabinger Chiaradia
Vereadora/Arena (1973-1976)



Rachel Calliari Grazziotin
Vereadora/PDT (1983-1988) e
pres. da Câmara (1985-1986)



Geni Peteffi - Vereadora/PMDB
(1989-1992; 1993-1996; 1997-
2000; 2001-2004; 2005-2008;
2009-2012, sendo pres da CMCS
e pref em exercício em 2012)



Rosane Fátima Hambsch
Vereadora/PDT – 1989-1992



Silvana Teresa Piroli
Vereadora/PT (1997-2000)



Ana Maria Corso-Vereadora/PT
(1997-2000, 2001-2004, 2005-2008,
2009-2012; 2016; 2001/02 dep fed)



Denise da Silva Pessoa
Vereadora/PT (2009-2012;
2013-2016; 2017-2020)



Marisa Formolo-Vice-pref./PT
(1997-2000 e pref em 2000;
Dep Est 2007-2010 e 2011-2014)



Justina Onzi-Vice-prefeita/PT
(2001-2004)



Maria Helena Sartori-Dep
Estadual/PMDB (2011-2014
e antes foi suplente)

PROBLEMA

- ▶ **Quais os acontecimentos (e os seus significados) que constituíram a nossa trajetória enquanto mulheres eleitas em Caxias do Sul desde a esfera familiar ao reconhecimento da vida pública no exercício dos mandatos no período de 1960-2014?**

OBJETIVO GERAL

- Interpretar, na trajetória das ‘poucas’ mulheres eleitas a mandatos públicos, os acontecimentos que nos constituíram para o reconhecimento à vida pública, em Caxias do Sul/RS.

JUSTIFICATIVA

A pesquisa se justifica por razões históricas, pedagógicas, educacionais e culturais. A ausência de produção científica local em torno do problema a torna relevante, pois possibilita constituir visibilidade da luta feminina e feminista, pelo reconhecimento das mulheres em mandatos públicos.

CONCEITOS BÁSICOS

6

Axel Honneth (2003): Exige um **autorreconhecimento** e um reconhecer-se **no outro** e nos **conflitos sociais** que as relações ou o próprio desrespeito geram. Essas reações dependem de uma **estrutura** e do **entorno social e coletivo** que favoreçam transformação.

Lahire (2004): A diferença de postura inclusive entre as próprias mulheres pode ter conexão com as distintas disposições vividas e com o que Lahire (2004) enfatiza na relação indivíduo-totalidade. Nenhum existe sem o outro na realidade em que se apresentam. Pontualmente sobre a crença, Lahire afirma ser “uma disposição para agir”. Está conectada a sentimentos de esperança e, conseqüentemente, com o que se quer para o amanhã.

Nancy Fraser (2007): Sugere uma análise alternativa do **reconhecimento**, tratando-o como uma questão de status social. Chama de “modelo de status” que se combine reconhecimento com redistribuição e equidade de participação. “**Negar a alguém o reconhecimento é privá-lo dos pré-requisitos fundamentais para o pleno desenvolvimento humano.**”

Paul Ricoeur (2004) identifica que, na dinâmica, o que guia a identidade está presente em todo percurso, permanece em “cena até o fim”, mesmo passando constantemente por transformações.

Freire (1993) afirma que a educação é um ato político (portanto, tem direção de escolha), pois está a serviço de uns e não de outros. Político aqui é a direção dada à escolha, quer seja para conservar ou transformar a vida, expressa na realidade concreta e cotidiana.

ARENDT: a filósofa alemã associa a política à liberdade, ressaltando que sempre onde não existe liberdade tampouco existe o espaço político no verdadeiro sentido (ARENDT, p. 21). "A liberdade enquanto o objetivo final da política estabelece as fronteiras políticas, mas o critério do agir dentro do próprio ato político não é mais a liberdade, mas sim a competência e a capacidade de assegurar a vida" (ARENDT, p. 25), realça, lembrando da influência do Estado no contexto e considerando que:

“[...] a coisa política tende libertar determinadas áreas só que a liberdade da política não é mais uma questão da minoria. Mas sim ao contrário tornou-se uma questão que não devia nem precisava preocupar-se com os negócios do governo ao passo que foi imposto à minoria o fardo de se preocupar com a ordem política necessária aos assuntos humanos”.

DUSSEL (1990) ressalta que homem e mulher são, antes de tudo, pessoas humanas, indistintamente de seu sexo. Portanto, são pessoas, são seres políticos. O filósofo argentino aborda essa questão numa obra que centraliza a atenção na trajetória de opressão na qual, principalmente, as mulheres foram sendo inseridas.

A luta pela causa da mulher tem ganhado força. A filósofa norte-americana **JUDITH BUTLER (2018)** observa que, por um lado, contestações são representadas por assembleia, greves, vigílias e ocupação de espaços públicos; por outro, corpos são objeto das manifestações. “Quando corpos se juntam na rua, na praça ou em outras formas de espaço público (incluindo os virtuais), eles estão exercitando um direito plural e performativo de aparecer, um direito que afirma e instaura o corpo no meio do campo político [...]” (2018, p. 17).

AS SUJEITAS DA PESQUISA

As sujeitas da pesquisa: todas as 11 mulheres eleitas por Caxias do Sul que atuaram em mandatos públicos na Câmara de Vereadores, na Prefeitura, na Assembleia gaúcha e na Câmara dos Deputados, no período de 1960 a 2014.

Chamamos de educadoras porque a quase totalidade das mesmas tem formação em docência. Porém, as que não possuem tiveram grande atuação no campo educacional escolar.

CAPÍTULO 3:

MULHERES EM MANDATOS PÚBLICOS: CONDIÇÃO PARA A DEMOCRACIA

3.1 A POLÍTICA COMO A DIREÇÃO DADA A NOSSAS ESCOLHAS

3.2 O SENTIDO DA LIBERDADE E A DEMOCRACIA

3.3 A AÇÃO HUMANA É SEMPRE POLÍTICA

3.4 DEMOCRACIA E REDISTRIBUIÇÃO NO RECONHECIMENTO DA MULHER

3.1 A POLÍTICA COMO A DIREÇÃO DADA A NOSSAS ESCOLHAS

- *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de Hamilcar de Garcia, traz, entre as tantas definições de política, a direção dada pelo indivíduo, pelo governo, pela sociedade, pela civilidade. Em outras palavras, é dar a algo a direção, um sentido; é “opção na escolha, posição na escolha”.

- ▶ **A política como direção de escolha numa visão dialética.**
- ▶ **Essa direção de escolha serve para situarmos o que é política na tese, antítese e síntese. Permite explicitar a direção de escolha quando falamos direita e esquerda, conservadora e transformadora.**
- ▶ **A neutralidade também tem direção de escolha. Sempre se está a serviço de alguém ou de algo, como realça Freire (1984).**

- ▶ **Conforme Freire, no ato político, uma das questões fundamentais é ter conhecimento da intencionalidade e da diretividade do que quer.**
- ▶ **É preciso saber “[...] a favor de quem e do quê, portanto contra quem e contra o quê, desenvolvemos a atividade política” (FREIRE, 1984, p. 27), já que qualquer ação que realizamos tem “direção de escolha”.**
- ▶ **Ou seja: é sempre uma ação política.**

- ▶ **Paralelamente ao direcionamento da mulher a um segundo plano, culturalmente, atribuíram a ela multitarefas. Assim, raramente deixa de lado as atividades ligadas ao lar, à família, para priorizar a liderança social ou o exercício de funções públicas eletivas, diferente do homem.**
- ▶ **Por isso, os índices de participação delas em cargos eletivos e também em áreas de gestão é inferior ao do público masculino.**

- ▶ **A historiadora caxiense Maria Abel Machado confere que, quando decide entrar na vida pública ou realizar ações para além de seu cotidiano tradicional, a mulher acaba acumulando as funções.**
- ▶ **“Embora incompatíveis entre si, a mulher as assume, procurando desempenhá-las da melhor forma possível. Cheia de remorsos por não poder dar mais a mesma atenção e dispensar os mesmos cuidados aos filhos e ao marido, sente-se como se fosse a única responsável pela situação e sofre um grande desgaste físico e mental” (MACHADO, 1998, p. 72).**

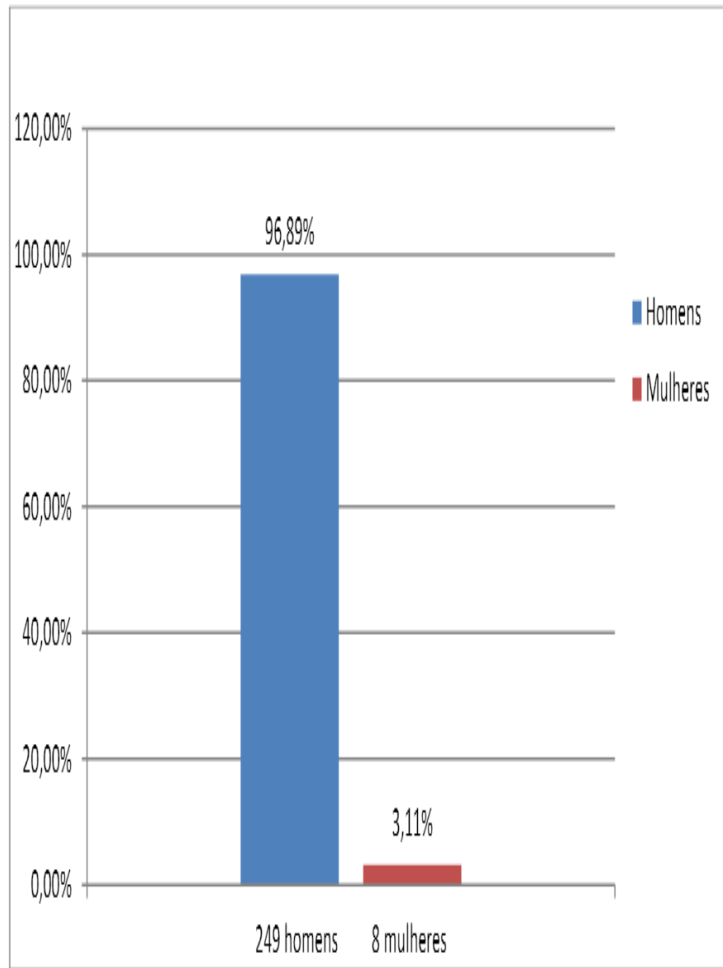
RESULTADOS E DISCUSSÃO

I. Cenários no contexto

II. As educadoras eleitas para
mandatos públicos

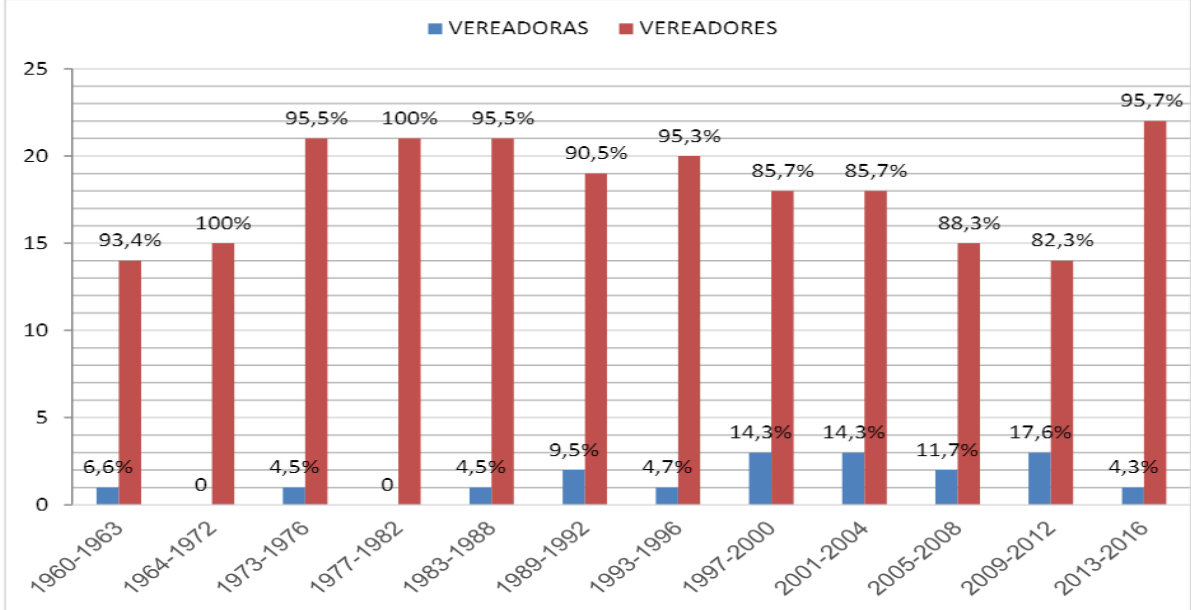
I. Cenários no contexto

Gráfico 1 – Vereadoras e vereadores eleitos em Caxias do Sul - 1892 a 2014



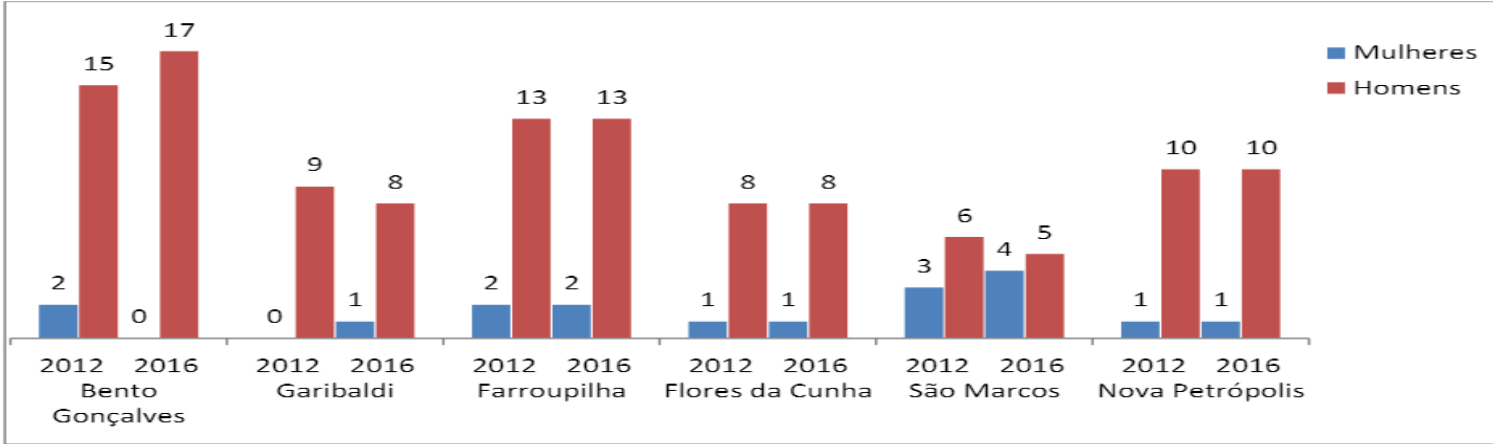
Fonte: livros *Palavra e Poder: 120 anos do Poder Legislativo em Caxias do Sul*; e *Casa da Comunidade: história do Legislativo em Caxias do Sul*.

Gráfico 2 – Representatividade de 1960-2014 – Vereadoras e Vereadores



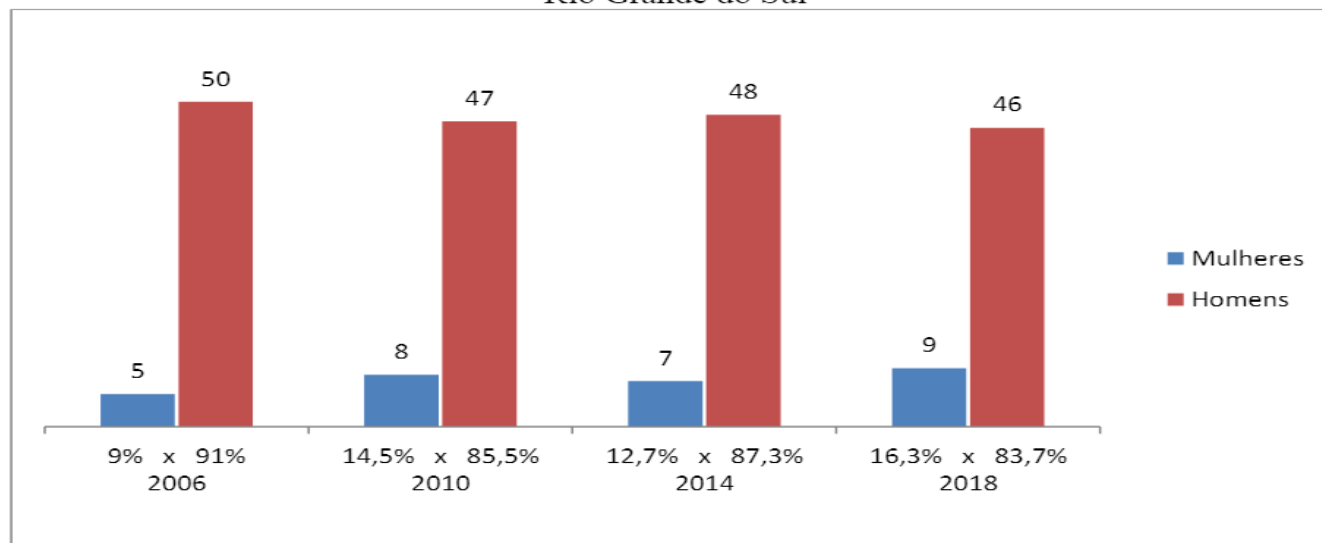
Fonte: Câmara Municipal de Caxias do Sul; entrevista com as eleitas e familiares; e Arquivo Histórico João Spadari Adami (AHMJSA).

Gráfico 3 – Número de vereadoras e vereadores eleitos em cidades do entorno de Caxias do Sul em 2012 e 2016



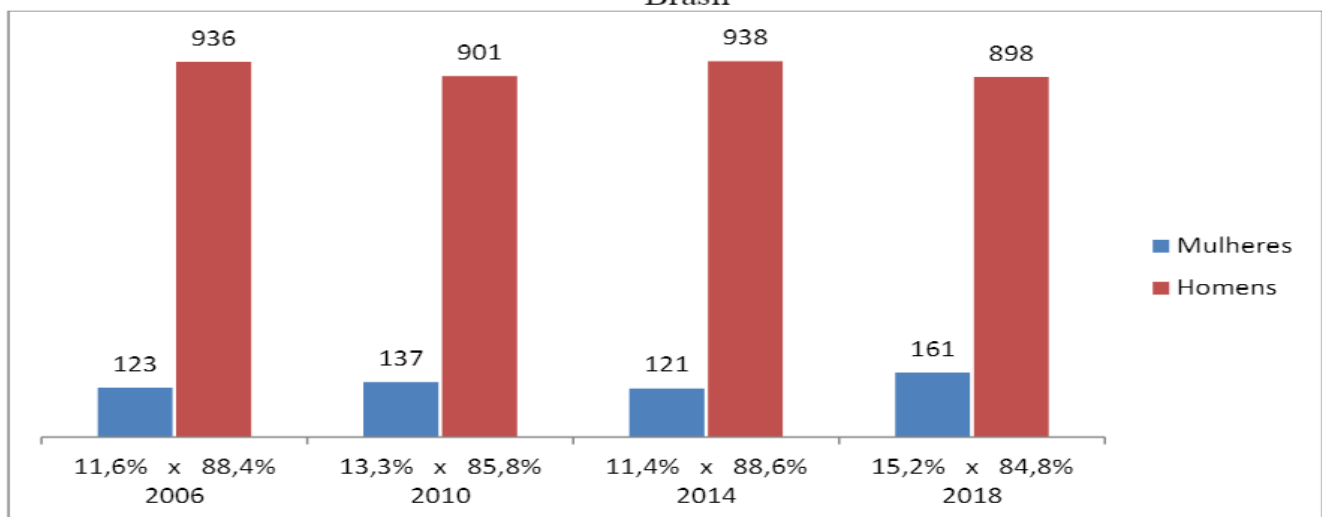
Fonte: Câmaras de Vereadores de Bento Gonçalves, Garibaldi, Farroupilha, Flores da Cunha, São Marcos e Nova Petrópolis.

Gráfico 4 – Número de deputados (as) estaduais eleitos (as) em 2006, 2010, 2014 e 2018 no Rio Grande do Sul



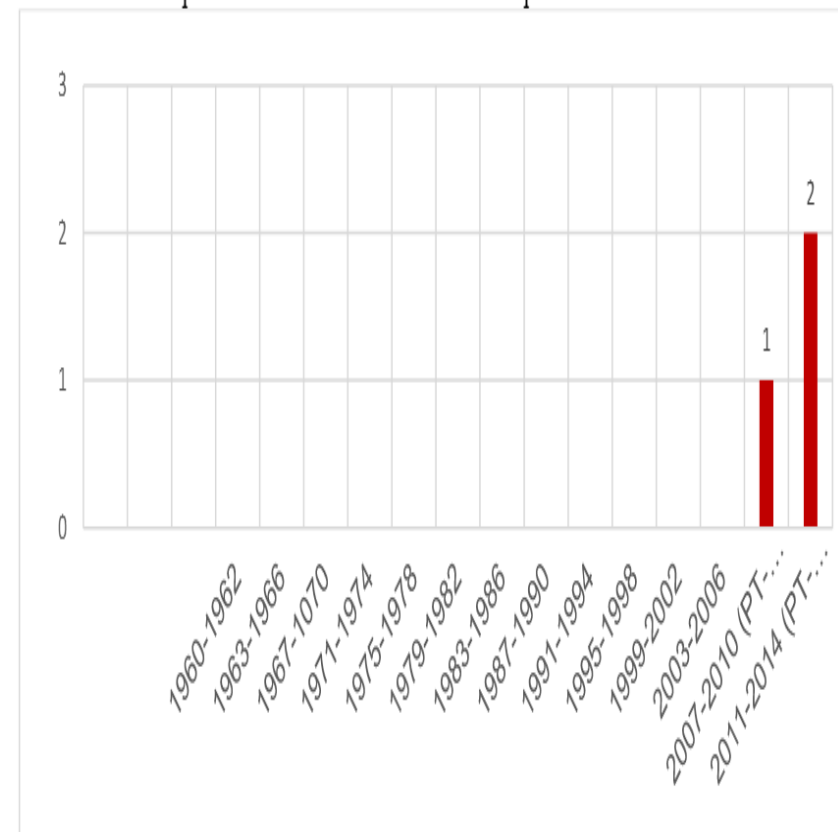
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Gráfico 6 – Número de deputados (as) estaduais eleitos (as) em 2006, 2010, 2014 e 2018 no Brasil



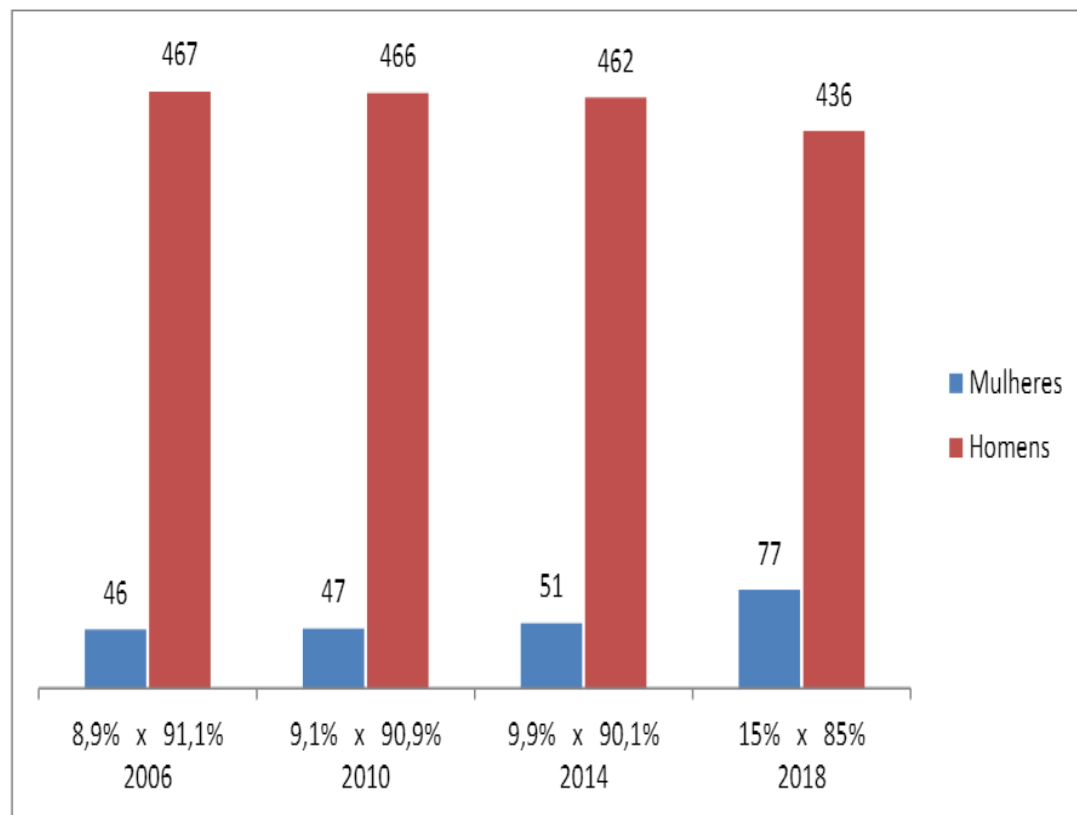
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Gráfico 5 – Representatividade de 1960-2014 – Deputadas Estaduais – Caxias do Sul



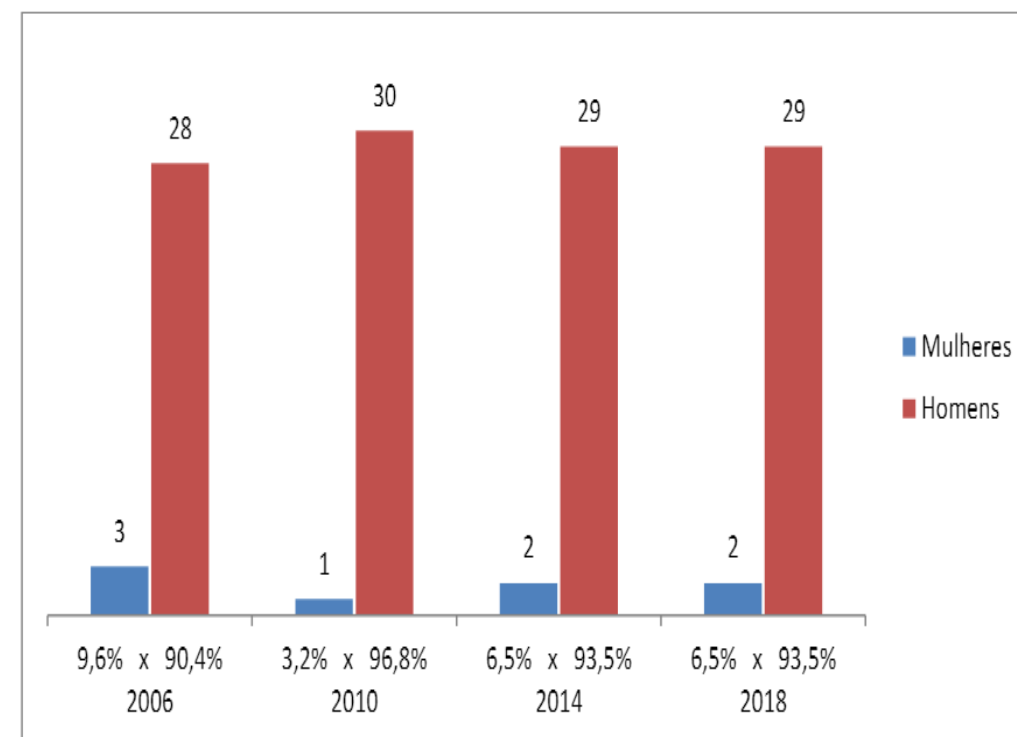
Fonte: Câmara Municipal de Caxias do Sul; entrevista com as eleitas e familiares; e Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJA).

Gráfico 7 – Número de deputados (as) federais eleitos (as) em 2006, 2010, 2014 e 2018 no Brasil



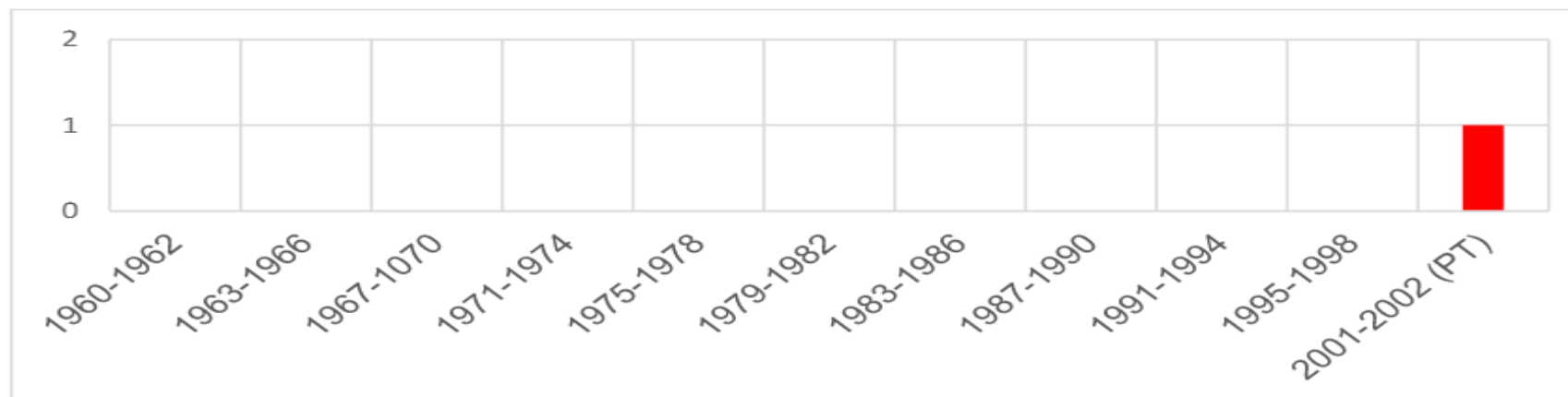
Fonte: Superior Tribunal Eleitoral.

Gráfico 8 – Número de deputados (as) federais eleitos (as) em 2006, 2010, 2014 e 2018 no Rio Grande do Sul



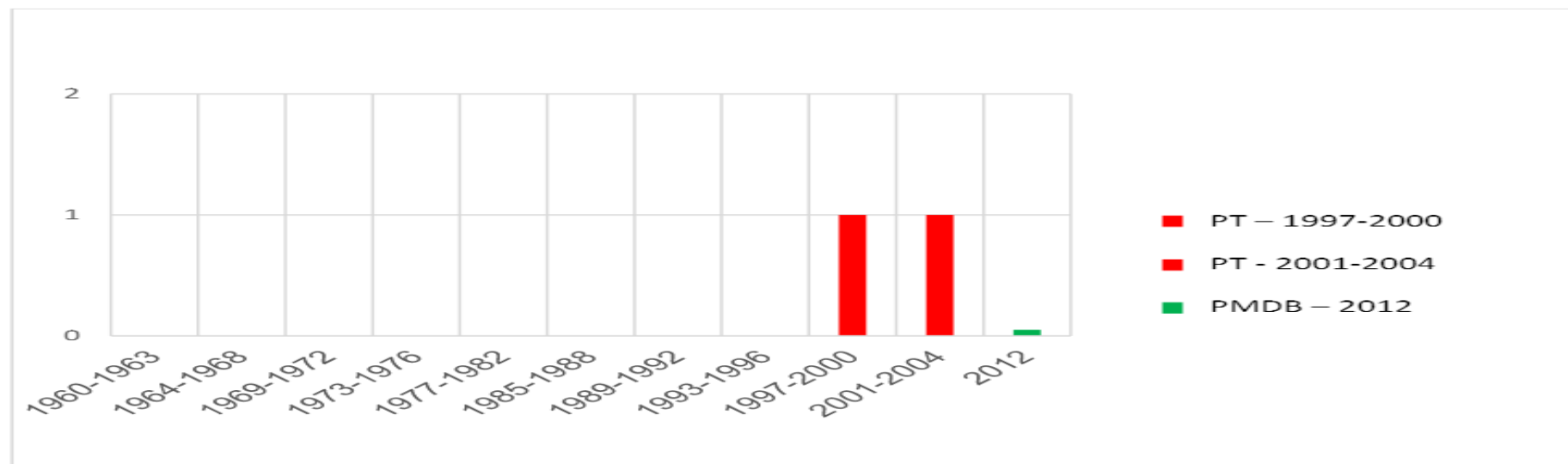
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Gráfico 9 – Representatividade de 1960-2014 – Deputada Federal (suplente) - Caxias do Sul



Fonte: Câmara Federal.

Gráfico 10 – Representatividade de 1960-2014 – Vice-prefeitas eleitas e prefeitas em exercício, em Caxias do Sul



Fonte: Câmara Municipal e Prefeitura Municipal de Caxias do Sul.

Tabela 1 – Remuneração masculina e feminina, por hora contratada em Caxias do Sul:
2001 a 2011

	2001	2003	2005	2007	2009	2011
Masculino	R\$ 4,75	R\$ 6,39	R\$ 7,27	R\$ 8,28	R\$ 9,64	R\$ 11,50
Feminino	R\$ 3,27	R\$ 4,93	R\$ 5,49	R\$ 6,10	R\$ 7,22	R\$ 8,69
Disparidade	-21,7%	-22,9%	-24,5%	-26,4%	-25,2%	-24,4%

Fonte: RAIS / PDET / TEM. Observatório do Trabalho – UCS.

Tabela 2 – Remuneração por hora contratada dos trabalhadores em Caxias do Sul:
2015 a 2018

Sexo trabalhador	2015	2016	2017	2018
Masculino	18,35	17,94	18,07	17,61
Feminino	14,76	14,80	15,13	15,67

Não é o setor da economia, nem o tipo de ocupação tampouco a escolaridade que explicam a disparidade salarial, porque a remuneração das mulheres é menor em todas as ocupações, em quase todos os setores econômicos e em todos os níveis de escolaridade. O que explica a disparidade salarial é o sexo do trabalhador.

MORAL NO CONTEXTO REGIONAL E O PATRIARCADO

23

	Conduta moralmente mais negativa	Conduta moralmente menos negativa
Adultério Trair o próprio cônjuge com outra pessoa	60,8	11,0
Aborto Abortar voluntariamente	49,3	13,2
Falta de socorro Não prestar socorro a pessoa desconhecida, vítima de acidente rodoviário	40,7	15,3
Furto Roubar qualquer objeto de valor, se surgir ocasião	26,6	17,2
Falta educação religiosa Não educar os filhos nos valores religiosos	10,6	32,4
Corrupção Corromper um funcionário para obter um favor	8,8	40,5
Sonegação fiscal Sonegação dos impostos	6,0	68,6

Fonte: Bruno Bertelli (2005, p. 238), em artigo no livro *Cultura e desenvolvimento: uma investigação sociológica sobre os imigrantes italianos e alemães no sul do Brasil*, organizada por Renzo Gubert e Gabriele Pollini. Esse livro também foi publicado na Itália, sob o título *Cultura e sviluppo: Un'indagine sociológica sugli immigrati italiani e tedeschi nel Brasile meridionale*.

Em suas pesquisas, Herédia e Rela (2017), Giron (2008), Machado (1998) e Stecanela (2015) confirmam a existência do patriarcado na região.

- **GIRON:** Ao homem cabia a manutenção do sistema de deveres e de direitos na família e na propriedade. Na divisão dos direitos e deveres, a maior parte dos primeiros ficava restrito ao próprio homem, e a maior parte dos deveres competia à mulher e aos filhos (GIRON, 2008, p. 34). “As filhas eram deserdadas pelo sexo” (2008, p. 46).
- **HERÉDIA e RELA:** Destacam que a família era comandada pelo homem e com atributos sustentados “no poder, na autoridade, na disciplina e na obediência ao pai” (HERÉDIA; RELA, 2017, p. 65). E a necessidade dessa obediência era reproduzida nos discursos religiosos, principalmente na voz da autoridade da igreja local: o padre.
- **MARIA ABEL MACHADO:** [...] No caso das trabalhadoras de Caxias do Sul, acontecia exatamente o mesmo, salários menores para as mulheres, ou seja, o preço da força feminina era inferior ao da força de trabalho masculina (1998, p. 140).
- **STECANELA e FERREIRA:** [...] esse controle parecia mais presente nas mulheres de origem italiana da primeira geração e manifestava-se através da participação na comunidade, do namoro ou dos estudos. As mulheres italodescendentes conviviam pouco fora do espaço doméstico e as filhas deixavam de estudar quando isso obrigava a viver longe do controle paterno. Também se observou mais relatos de violência conjugal nessas mulheres, as únicas que explicitamente consideraram os maridos rudes pelo uso frequente de agressões verbais, além de agressões físicas, expressando, por exemplo, que ‘a maior violência contra as mulheres do meio rural são os maridos’ (2015, p. 159).

RELIGIOSIDADE NO TERRITÓRIO DAS ELEITAS

25

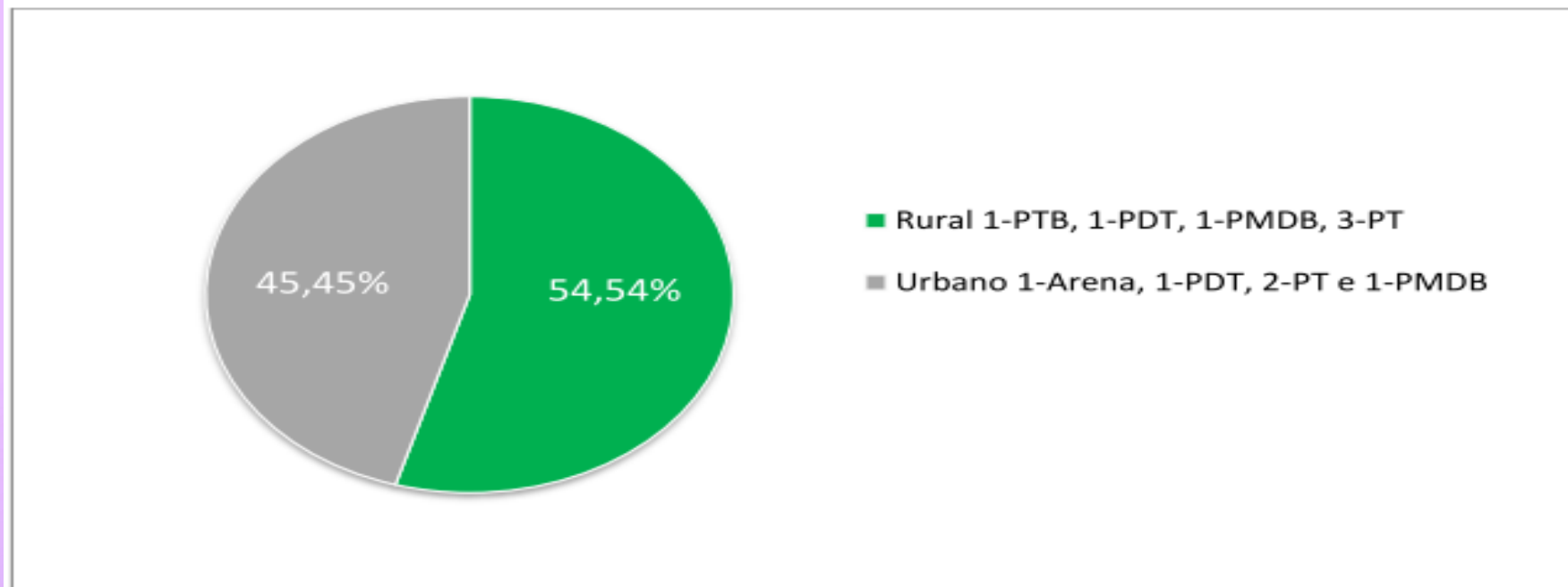
A relação de ideologia do patriarcado se fortalece nessa visão de uma religiosidade onde o paradigma é o homem. Marcela Lagarde (1955) reafirma o patriarcado como “uma ordem de poder, um modo de dominação, cujo paradigma é o homem. Está baseado na supremacia dos homens e do masculino sobre a inferioridade das mulheres e do feminino. É, em si mesma, uma ordem de domínio de uns sobre os outros e da alienação entre as mulheres.”

Esta força simbólica está presente na vida local e pode ser confirmada pela representação simbólica do número de templos, igrejas e capitéis feitos pelos imigrantes. Depois da casa, a primeira construção coletiva nas comunidades não eram escolas e, sim, igrejas. E as famílias com maiores condições faziam seu próprio capitel de frente às suas terras, com devoção aos santos da região da Europa de onde provinham (FORMOLO, 1998).

II. As educadoras eleitas para mandatos públicos

Quais os acontecimentos que constituíram a trajetória das mulheres eleitas em Caxias do Sul, desde a esfera familiar ao reconhecimento na vida pública e no exercício de seus mandatos, no período de 1960 a 2014?

Gráfico 12 – Local de nascimento das eleitas – Rural e Urbano



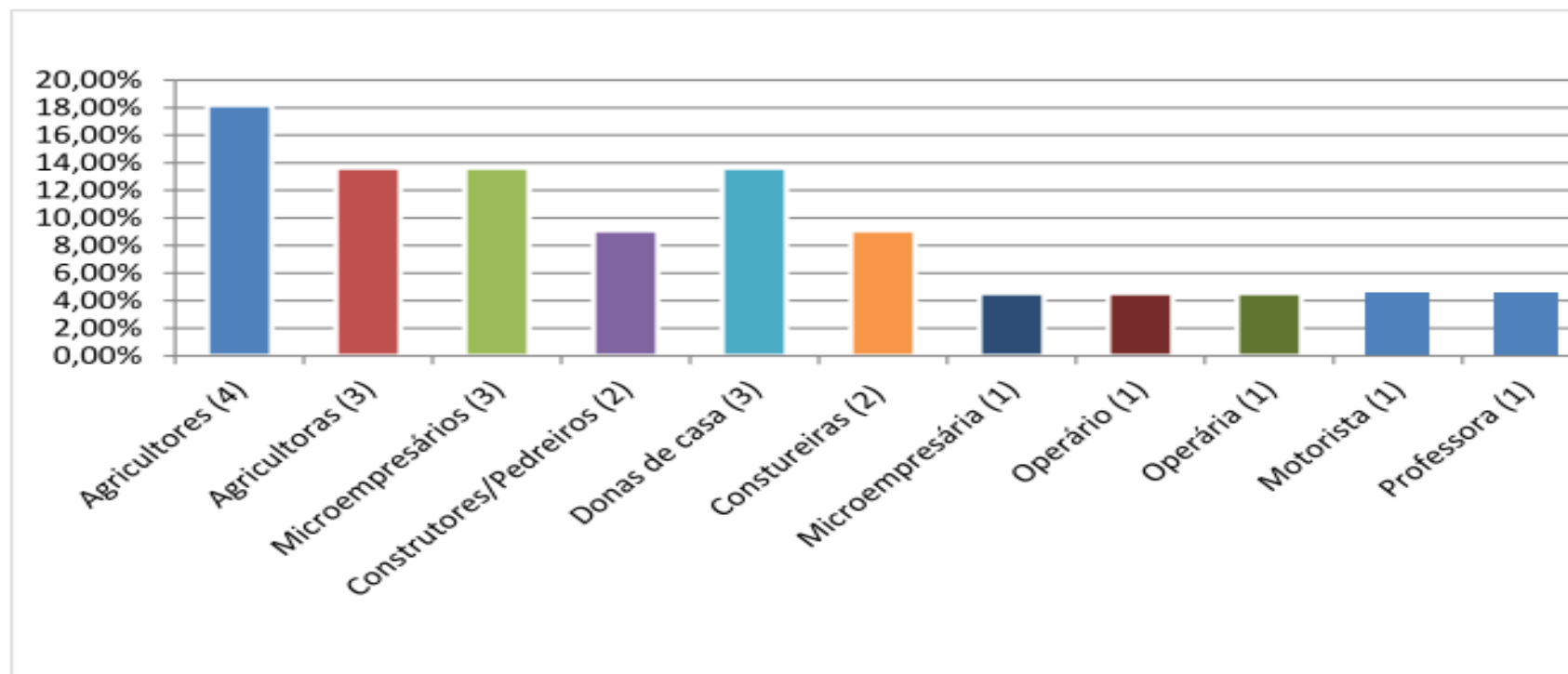
Fonte: Entrevista com as eleitas e familiares; e Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA)

A condição de classe é de média a inferior, pois a maioria das mulheres eleitas provém do meio rural e pertencentes a famílias economicamente classificadas no quadro de agricultura familiar. E a parte que tem sua origem na zona urbana também provém de famílias economicamente pertencentes à classe média baixa.

A predominância da origem das mulheres eleitas pode ser um indicador de diferenças no perfil constitutivo de cada uma.

A estrutura e o cotidiano da vida familiar, a força da religiosidade, da educação escolar, da organização comunitária, a relação com a natureza, e a forma de sobrevivência advinda da produção na terra constituem relações e significados diferentes da vida no mundo urbano?

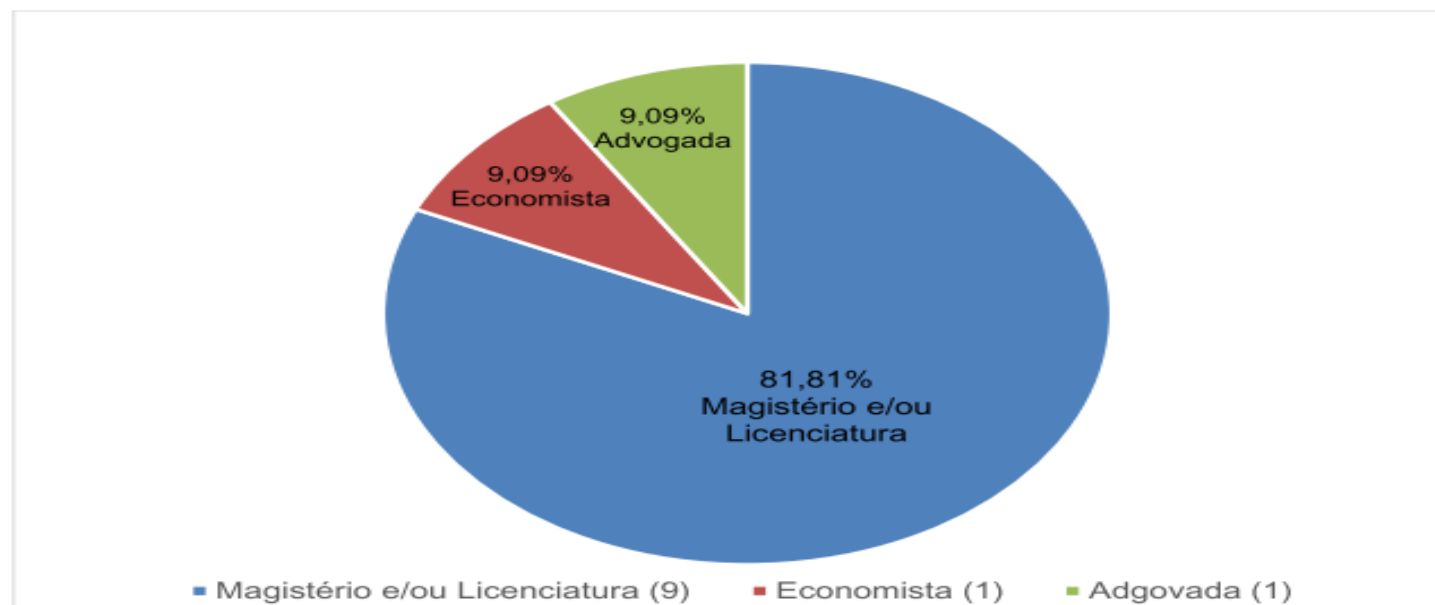
Gráfico 13 – Profissão do pai e da mãe



Fonte: Entrevista com as eleitas e familiares; e Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA).

O desejo de superação da sua própria condição social, com sua indignação perante as desigualdades, foi um estímulo para integrar-se a lutas sociais em busca da justiça, do bem comum?

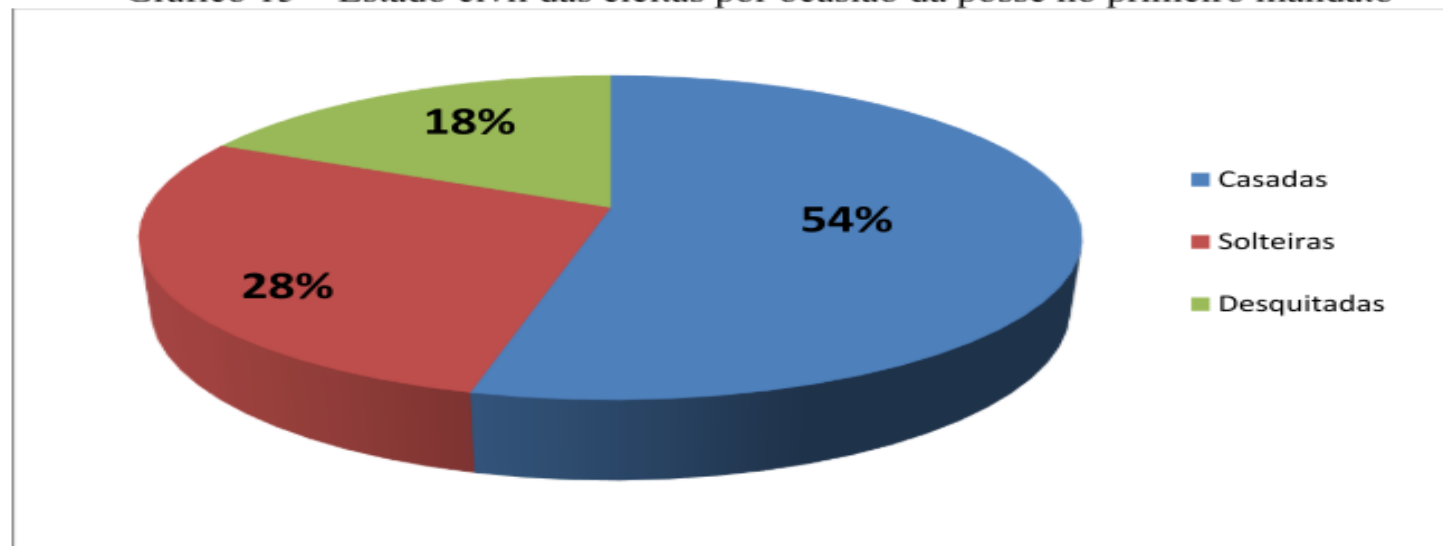
Gráfico 11 – Formação profissional das eleitas



Fonte: Entrevista com as eleitas e familiares; e Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA).

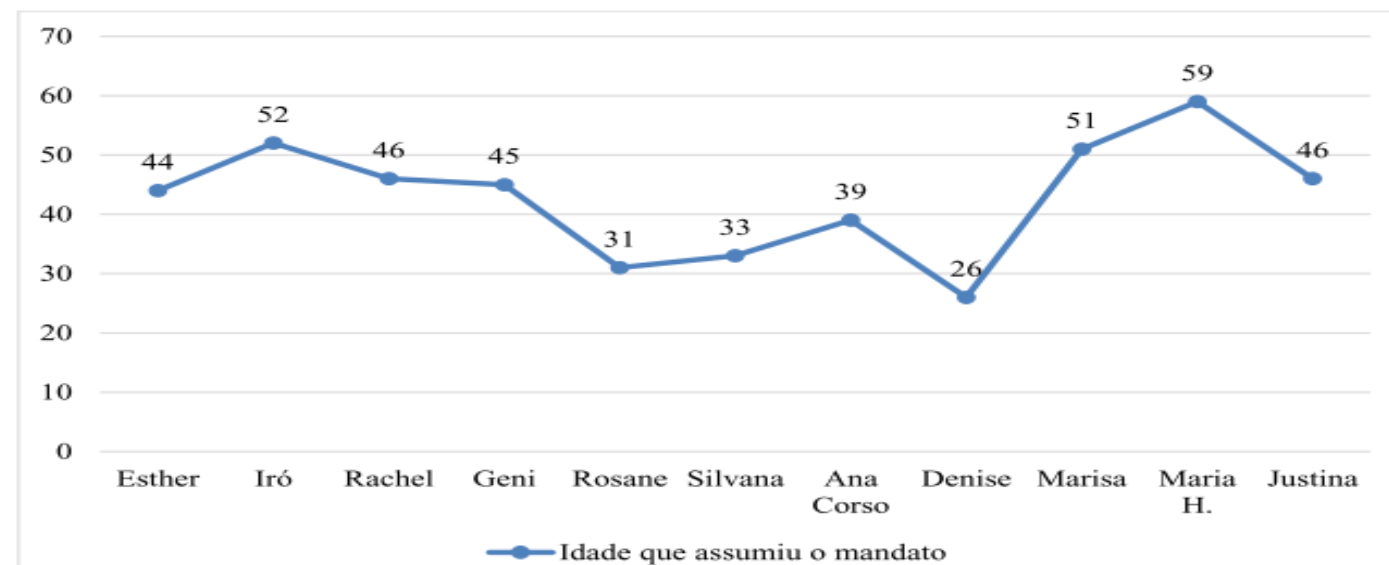
Como podemos entender a relação entre equidade de participação, redistribuição e reconhecimento se a maioria provém de grupos sociais não pertencentes à elite econômica?

Foi o fato de serem professoras e/ou educadora popular o mais determinante para o seu reconhecimento para ser eleita?

Gráfico 15 – Estado civil das eleitas por ocasião da posse no primeiro mandato⁶⁷

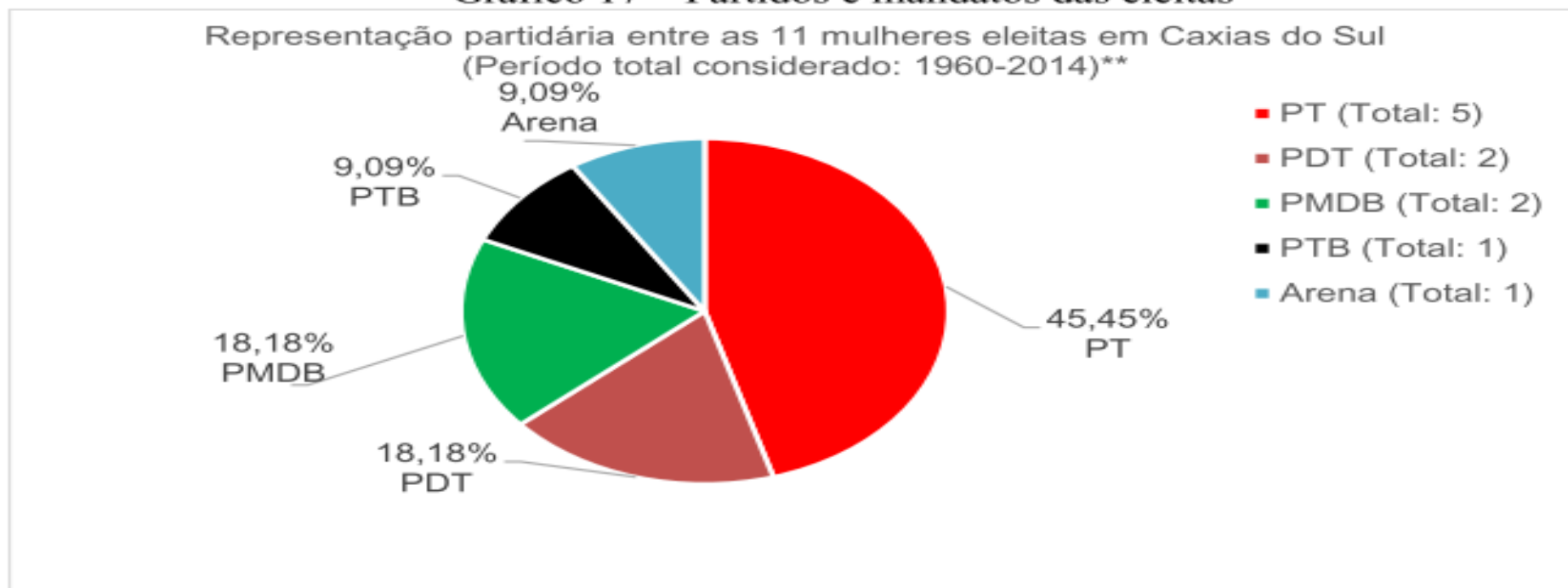
Fonte: Entrevista com as eleitas e familiares; e Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA).

Gráfico 14 – A idade em que as mulheres assumiram o primeiro mandato



Fonte: Entrevista com as eleitas e familiares; e Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA).

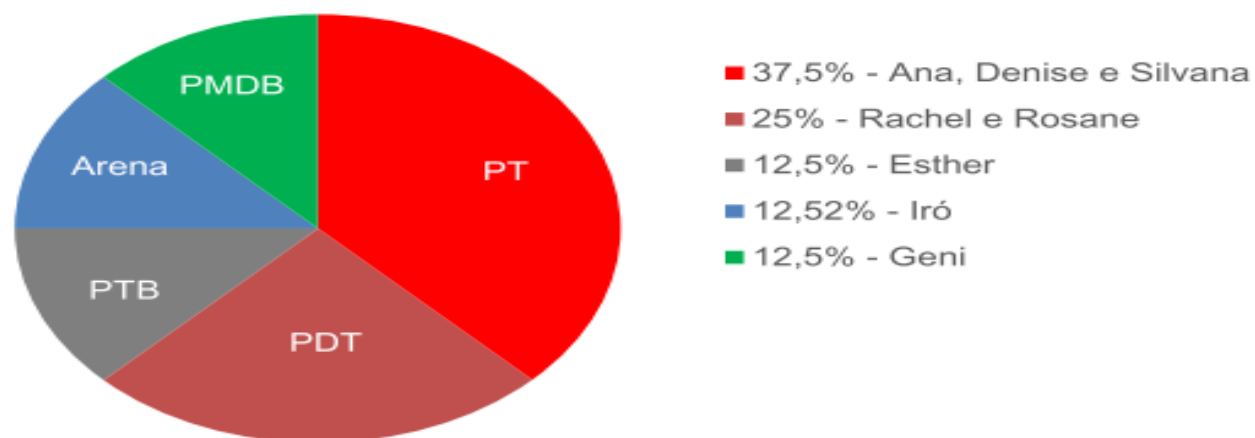
Gráfico 17 – Partidos e mandatos das eleitas



Fonte: Câmara Municipal de Caxias do Sul; entrevista com as eleitas e familiares; e Arquivo Histórico João Spadari Adami (AHMJSA).

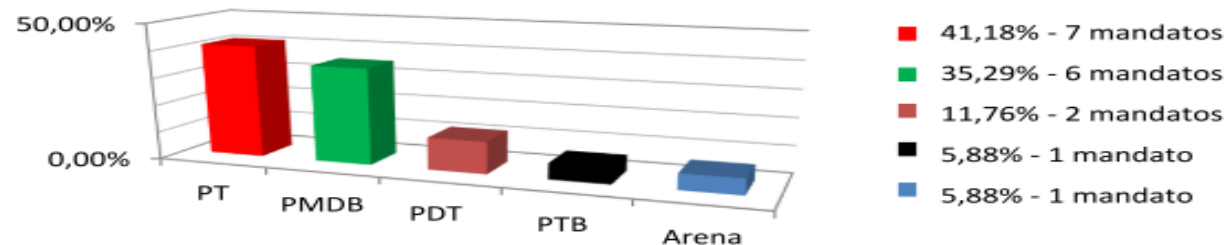
Mesmo depois que a legislação eleitoral exigiu que, para os parlamentos, nas três esferas de Estado, deve-se cumprir uma cota de, no mínimo, 30% de candidatas mulheres, pequeno foi o avanço do número de eleitas.

Gráfico 18 – Número de vereadoras eleitas e partidos



Fonte: Câmara Municipal de Caxias do Sul e entrevistas com as eleitas e seus familiares.

Gráfico 19 – Vereadoras e número de mandatos e partidos



Fonte: Câmara Municipal de Caxias do Sul e entrevistas com as eleitas e seus familiares.

Neste estudo, o foco de análise está no tema das mulheres na política partidária e nos mandatos eletivos a que as eleitas se ocuparam.

Foi instigador tentar entender por que tão poucas ultrapassam a barreira do privado para o público, passando por processos eleitorais.

Essa ausência feminina teria um caráter mais de natureza pessoal, familiar, formação e atuação profissional, relações sociais, econômicas e culturais?

A questão é complexa, muitas são as variáveis e suas redes de conexões para explicitar essas dúvidas.

Achados relevantes a partir dos acontecimentos na trajetória:

35

A identidade marcada na luta pelo direito de estudar;

(1) na luta da vida estudantil pelo compromisso com a transformação da sociedade;

(2) na luta pelo compromisso de fé como prática da justiça;

(3) nas lutas comunitárias, sindicais, na teologia da libertação e na ação católica;

(4) na nossa formação e atuação profissional como educadoras;

(5) nas exigências legais e condições partidárias: não há condições de se obter a equidade eleitoral e de mandato, pois é reproduzida a estrutura patriarcal de sociedade;

(6) não reconhecimento coletivo da mulher na política, pelas instituições, especialmente as de Estado;

(7) Só os acontecimentos não permitem uma conclusão consistente. Por isso, ao interpretar a trajetória, foi possível concluir que as mulheres eleitas tinham disposição de crer e agir;

(8) Buscando novamente o sentido da trajetória, foi possível confirmar a força política nos períodos eleitorais;

9) Além dos acontecimentos, foi possível encontrar as disposições de crer na luta com participação contínua, pois é atitude presente do início ao fim da trajetória;

(10) Correlação de força política na conjuntura nos processos eleitorais;

(11) O processo vivido na trajetória expressa uma complexidade tal que é possível afirmar que todos os achados fazem parte de uma trajetória, mas a vitória nas urnas resulta da correlação da força política existente nos processos eleitorais;

(12) Nenhuma foi à luta com o desejo de ser candidata e se eleger.

CONCLUSÕES

- **Encontramos em todas as eleitas duas disposições: disposição de crer e agir na luta e a disposição de crer e agir na participação;**
- **Mesmo não havendo a equidade de participação, fomos eleitas, mas não mudamos a estrutura. Só mudando a estrutura da organização social pode-se chegar à equidade de participação, com redistribuição e reconhecimento como questão de justiça (FRASER, 2006).**

- O *sentimento vivido de injustiça na redistribuição foi um elemento estimulador para participação em lutas organizadas buscando o reconhecimento das desigualdades* e o engajamento numa luta pela redistribuição e maior igualdade entre todos na sociedade.
- Daqui para frente, desejamos que outros pesquisadores prossigam, vendo nessas e em outras trajetórias novas possibilidades sociológicas, antropológicas ou históricas que permitam desencadear a luta pela equidade de participação, pela redistribuição das condições de vida e pelo reconhecimento como questão de justiça.
- E que as universidades criem linhas de pesquisas capazes de dar visibilidade à força e ao potencial feminino de produção acadêmica.

ENVOLVIMENTO

ALÉM DE INTEGRAR ESSE GRUPO DE MULHERES QUE REPRESENTARAM POLITICAMENTE CAXIAS, NOS RESPECTIVOS CARGOS, ENTRE 1960 E 2014, CONHECI E CONVIVI COM CADA UMA DELAS.



“Se vocês querem votar em mim, muito que bem e, senão, paciência, perche é la prima dona que se candidata”

Educação / Valorização do professor

“Foi quando eu resolvi lecionar. Eu estaria em contato com a juventude, porque a juventude foi o que eu mais gostava. Comecei a minha vida como professora”

Juventude/Esporte/Escola

“Desconheço violência maior que a violência coletiva, que é a ausência de pão do trabalhador”

Crianças/Mulheres/Direitos Humanos

“Me sinto privilegia da porque sei que fiz parte de uma construção pensando no benefício de todos”

M. Estudantil/Indústria/Educação/SMED

“Eu acreditava que poderíamos mudar o mundo”

Lutas: estudar/comunitárias/JOC/Teologia da Libertação

“Eu sempre tive muita curiosidade”

Estudar / Pastoral da Juventude / Teologia da Libertação/ Luta sindical

“Tive a felicidade de ser eleita e reeleita por quatro mandatos consecutivos”

L. Estudantil / Sindical / Partidária

“Eu pensava, meu Deus... Imagina eu ser candidata. Eu era uma gurria”

Ações Comunitárias/Movimento Estudantil/Pastoral da Juventude

“Fui aprendendo a reagir, a não me submeter à opressão”

Luta Estudantil/Pastorais/Direitos Humanos/Educação/Conhecimento

“As mulheres foram fundamentais nessa luta toda”

Estudar/Luta Estudantil / Comunitária/Educação/Direitos Humanos (p. 221)

“Comecei a trabalhar com 16 anos. Trabalhava de dia e estudava de noite”

Luta Estudantil/Sindical/Partidária (p. 225)

GRATIDÃO

- É momento de agradecer a todas e a todos que me ajudaram a chegar até aqui, lugar por onde ainda poucos conseguem passar, mas esperamos que um dia (não tão distante) seja de muitos...



"ENCARNADA OU VIVIDA POR EDUCADORES OU EDUCADORAS PROGRESSISTAS, COERENTES, A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DA LIBERDADE É UM QUE-FAZER NECESSARIAMENTE RESPONSÁVEL" (PAULO FREIRE, EM *POLÍTICA E EDUCAÇÃO*)

39

“Negar a alguém o reconhecimento é privá-lo dos pré-requisitos fundamentais para o pleno desenvolvimento humano”, salienta Fraser (2007, p. 111).

FIM

***Muito obrigada
pela atenção!***

Pelas

MULHERES NA POLÍTICA

Doutora em Educação *Marisa Formolo*